

**INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO: A REALIDADE DAS MULHERES QUE TRABALHAM POR CONTA PRÓPRIA NO SÃO JOÃO NA ROÇA DE CARUARU-PE**

**MARIA VITÓRIA ALVES DE OLIVEIRA SILVA**  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA (UFPE)

**JÉSSICA LOPES**  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA (UFPE)

**DENISE CLEMENTINO DE SOUZA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

**Agradecimento à órgão de fomento:**

As autoras agradecem à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo apoio, por meio da concessão de bolsa de estudo a uma das pesquisadoras presente no artigo.

# INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO: A REALIDADE DAS MULHERES QUE TRABALHAM POR CONTA PRÓPRIA NO SÃO JOÃO NA ROÇA DE CARUARU-PE

## 1. Introdução

O São João de Caruaru-PE é uma festa cultural celebrada como uma das maiores e mais tradicionais festas juninas do Brasil. É a festividade mais esperada do ano pelos nordestinos, conhecida nacionalmente, organizada desde 1984 pela Fundação de Cultura de Caruaru e atrai turistas de todo o país e também do exterior (Antunes, 2024). A festividade é responsável por uma expressiva geração de empregos temporários, muitos deles informais. No ano de 2024, o São João de Caruaru bateu recorde, iniciou no dia 19 de abril e foi até o dia 29 de junho de 2024, foram 72 dias de comemorações, iniciou com o São João na Roça, que movimentou mais de R\$ 4 milhões e atraiu mais de 29 mil pessoas nas 13 comunidades rurais da região (Diário de Pernambuco, 2024).

Ainda em 2024, a festa abrange 27 polos e movimentou R\$688 milhões na economia, com público de 3,7 milhões de pessoas que aproveitaram o considerado “maior e melhor São João do Mundo”, com geração de mais de 20 mil empregos diretos e indiretos. Estima-se que o evento movimentou cerca de 16 mil postos de trabalho na economia, abrangendo áreas como comércio ambulante, gastronomia, hotelaria, artesanato, entre outros setores (Redação Portal, 2024).

De acordo com o G1 (2025), a prefeitura de Caruaru, no Agreste Pernambucano, oficializou no dia 19 de março, a programação completa do São João 2025, seu tema foi: “De fazenda à Capital do São João”. Iniciou com a caravana do São João na Roça, no dia 25 de abril até o dia 24 de maio, percorreu treze comunidades rurais da cidade, até chegar à área central do município o pátio de Eventos Luiz Gonzaga, finalizando toda programação no dia 28 de junho de 2025.

Contudo, apesar dos números apresentados revelando a grande movimentação econômica e turística, há uma camada social pouco visibilizada: os(as) trabalhadores(as) por conta própria, especialmente as mulheres, que buscam na festividade uma oportunidade de geração de renda. No entanto, normalmente essas ocupações são precarizadas, pois traz instabilidade e longas jornadas que se intensificam quando aliadas a marcadores de gênero, como a desigualdade no acesso a oportunidades, conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo e com isso a sobrecarga de trabalho (Bruschini, 2007). Por isso, entender como o trabalho informal funciona durante o São João na Roça de Caruaru é um fenômeno relevante, devido à proporção e impacto da festividade.

Neste contexto, observa-se que a informalidade é visivelmente comum nas festas populares de todo o Brasil, conseqüentemente, também marca boa parte das atividades exercidas no São João na Roça da cidade de Caruaru-PE. A informalidade é compreendida como um campo de tensões onde se combinam trabalho e sobrevivência, criatividade e vulnerabilidade. Em contextos de festividades populares e sazonais, o trabalho por conta própria se intensifica, então apesar de poder representar algo positivo, já que gera uma renda extra e proporciona determinada independência, ele acaba escapando de políticas públicas que poderiam oferecer suporte aos trabalhadores. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), a informalidade no Brasil tem crescido como alternativa à ausência de emprego formal, mas é acompanhada por baixos rendimentos, falta de proteção social e invisibilidade institucional.

Como destacado anteriormente, o trabalho por conta própria, embora represente autonomia para algumas mulheres, carrega consigo um processo de responsabilização individual pelo sustento, mascarando a ausência de políticas públicas de apoio. Essa dinâmica

se acentua quando se trata de mulheres de comunidades rurais, que enfrentam barreiras históricas de acesso a direitos, infraestrutura e crédito. De acordo com Nóbrega (2010), festividades como o São João ativam redes econômicas importantes e, em contrapartida, revelam as contradições sociais que atravessam o espaço da festa, especialmente em relação à invisibilidade do trabalho feminino.

Diante desse contexto, este estudo se articula ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 8 da Agenda 2030 da ONU, que visa “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos e todas” (ONU, 2015). E busca contribuir para a compreensão dos impactos sociais e econômicos da informalidade feminina no contexto das festividades culturais, reconhecendo o protagonismo dessas mulheres e os desafios que enfrentam diante da ausência de políticas de proteção social e de apoio institucional.

Portanto, apesar da relevância cultural e econômica do evento, muitas trabalhadoras permanecem na informalidade, em condições marcadas pela instabilidade e pouca valorização. Observa-se que há um apagamento das vozes dessas mulheres, e pouco se discute sobre suas condições de trabalho e os riscos a que estão expostas. **Dessa forma, esse estudo tem como objetivo compreender a realidade do trabalho por conta própria de mulheres no São João na Roça de Caruaru-PE, considerando suas condições laborais, impactos na vida cotidiana e estratégias de enfrentamento diante da informalidade e precarização.** A partir dessa análise, pretende-se não apenas dar visibilidade a essas trabalhadoras, mas também fomentar reflexões sobre a construção de alternativas que promovam condições mais dignas e igualitárias no âmbito das festas populares e da economia local.

## 2. Referencial teórico

### 2.1 Trabalho informal e por conta própria: desigualdades e estratégias de sobrevivência

O trabalho informal tem raízes históricas e revela as desigualdades estruturais do mercado de trabalho. No Brasil, está ligado à precarização e à exclusão de direitos universais. De acordo com Souza et al. (2020), o surgimento do termo “setor informal” teve sua origem no ano de 1970, e desde então esse fenômeno apresenta diversas abordagens, que buscam avaliar os efeitos da informalidade nos(as) trabalhadores(as). Sabe-se que o trabalho informal se torna uma alternativa recorrente de inserção no mercado de trabalho, embora nem sempre por escolha. Para grande parte da população, especialmente mulheres, essa forma de trabalho representa mais uma estratégia de sobrevivência do que um projeto de autonomia (Hirata, 2016).

De acordo com Anjos (2011) é possível analisar que a informalidade pode assumir diferentes formas, ambulantes, vendedores de produtos caseiros, trabalhadores do cuidado sem carteira assinada, motoristas e entregadores por aplicativos. O trabalho informal e sazonal abriga milhares de brasileiros que encontram nele a solução para seus problemas, seja por falta de oportunidade no mercado de trabalho, educacional ou até mesmo como o único emprego durante todo o ano. Os dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023), apontam que o trabalho informal ainda representa cerca de 40% da ocupação total no país, sendo que a taxa de informalidade entre as mulheres negras é uma das mais altas. Essa realidade reforça a insuficiência de políticas públicas para garantir inclusão produtiva com direitos, especialmente quando consideramos que a informalidade não garante estabilidade nem proteção frente a crises, como evidenciado durante a pandemia da Covid-19.

A informalidade, sobretudo em contextos de desigualdade estrutural, não deve ser vista apenas como um fenômeno passageiro, mas como traço constitutivo do capitalismo periférico (Costa, 2010). No caso das mulheres, essa inserção precária no mercado de trabalho

se relaciona à feminização da pobreza, expressão que destaca como chefes de família do sexo feminino enfrentam maiores vulnerabilidades econômicas (Chant, 2006). A ausência de políticas integradas voltadas ao trabalho e ao cuidado, como aponta Sorj (2010), reforça a exclusão feminina do emprego formal e perpetua a pobreza entre gerações. Diante disso, torna-se urgente pensar políticas públicas que articulem direitos trabalhistas, proteção social e reconhecimento das tarefas de cuidado, como forma de garantir a autonomia econômica das mulheres em situação de informalidade.

## **2.2 Gênero e mercado de trabalho**

As desigualdades de gênero no mercado de trabalho se dão desde o século XIX, esse processo de inserção teve muitos momentos marcantes, especialmente durante o desenvolvimento de novos processos produtivos. Apesar das evoluções alcançadas pelas mulheres, com os avanços legislativos e as transformações culturais impulsionadas pelos feminismos, as mulheres continuam a ocupar os piores postos de trabalho, e seguem associadas ao trabalho do cuidado e ao homem ainda cabe o papel de provedor (Querino et al., 2013).

Para compreender melhor as relações de gênero e mercado de trabalho, é importante entender que o gênero não é apenas uma construção social, mas sim uma forma de dar significado às relações de poder (Scott, 1990). No contexto laboral, isso implica que as expectativas e oportunidades são moldadas por normas de gênero que definem comportamentos considerados apropriados para homens e mulheres. As duas perspectivas permitem analisar como as diferenças de gênero são produzidas e mantidas nas instituições sociais, incluindo o mercado de trabalho.

Saffioti (1987), aponta que o patriarcado e o capitalismo operam simultaneamente, para manter as mulheres em posições de subalternidade, explorando seu trabalho, tanto o produtivo, quanto o doméstico e reprodutivo, sem a devida valorização. É importante ressaltar, que fatores como raça, classe social e orientação sexual agravam as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho, reforçando a exclusão de mulheres racializadas do mercado formal e restringindo suas possibilidades de mobilidade social (Davis, 2016; Gonzalez, 2020).

Ademais, é perceptível que alguns outros fatores também contribuem para a migração da mulher do mercado formal, para o informal, a entrada tardia nesse meio, a falta de políticas de suporte como creches públicas e incentivos à divisão equitativa das tarefas domésticas, para melhorar a rede de apoio, ou pelo menos fazer com que ela exista, contribui para a manutenção da informalidade como uma escolha compulsória. Recorrer a esse tipo de trabalho está diretamente ligado a ser o único caminho viável que possibilita conciliar a geração de renda com o cuidado do lar, que como observado, ainda recai sobre mulheres. Essa sobrecarga resulta em vínculos laborais frágeis, desprovidos de direitos como licença maternidade, previdência e acesso à aposentadoria, o que agrava a vulnerabilidade econômica ao longo da vida (Pinto, 2003). Dessa forma, é preciso compreender que a equidade de gênero no mundo do trabalho não será alcançada apenas com mudanças legais ou campanhas institucionais, mas com transformações culturais profundas, que desafiam as normas patriarcais enraizadas no cotidiano das organizações.

## **2.3 Precarização do trabalho feminino no contexto de festividades populares**

A precarização do trabalho é resultado das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram a partir dos anos 1970 e 1980 quando o modelo tradicional (fordista-keynesiano) de emprego industrial que garantia estabilidade e direitos trabalhistas entrou em colapso, e a resposta do capitalismo foi a flexibilização com a redução dos direitos trabalhistas, informalização e terceirização. Essa transformação impulsionada pela globalização econômica, aliado à expansão das políticas neoliberais, ocasionou o aumento de postos de trabalho instáveis, informais e com baixa proteção social, atingindo principalmente os grupos mais vulneráveis, como as mulheres e outros historicamente marginalizados (Hirata, 2001).

Neste sentido, Kergoat (2009) mostra que a divisão sexual do trabalho desempenha um papel central na compreensão da precarização do trabalho feminino, visto que é uma construção histórica e social. De acordo com Hirata (2001) e Kergoat (2009), a organização tradicional do trabalho atribui às mulheres funções associadas ao cuidado, atividades domésticas e aos serviços sistematicamente desvalorizados em termos econômicos e sociais chamadas de atividades reprodutivas, enquanto os trabalhos dos homens tradicionalmente são destinados à esfera produtiva, remunerado, visíveis socialmente e reconhecidos.

Essa lógica estrutural não apenas segregou as mulheres em ocupações consideradas femininas, como também estabeleceu bases materiais para que seus trabalhos fossem historicamente mais frágeis, mal remunerados e invisibilizados (Hirata, 2001). No Brasil, a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017 pela Lei 13.467, alterou mais de cem dispositivos da legislação trabalhista sob a justificativa de modernizar a CLT e facilitar a geração de empregos, respondendo a pressões do setor empresarial. Apesar dos argumentos favoráveis, as promessas de regularização das relações de trabalho e criação de novos postos não se concretizaram, contribuindo para o aprofundamento da precarização laboral (Trindade, 2021).

Para Hirata (2001), o capitalismo globalizado transformou a maneira como as pessoas se inserem, organizam e se mantêm no mercado de trabalho, sobretudo a inserção feminina, embora numericamente mais expressiva nas últimas décadas, não houve melhorias das condições laborais, configurando o que a autora chama de paradoxo da globalização, ou seja, por um lado houve o aumento das mulheres no mercado laboral com trabalho remunerado, no entanto intensificaram as desigualdades e precarização do trabalho.

O setor de eventos, por exemplo, objeto deste estudo, demanda diversas especialidades profissionais, gerando um grande quantitativo de ocupações temporárias e ocasionais. Tal setor em si apresenta uma naturalização de ocupações ocasionais e específicas que favorecem a terceirização, contratos intermitentes e informalidade, em síntese, é um segmento à margem, exposto à precarização de sua força de trabalho (Sebrae, 2010). De certo modo, conforme Tiriba (2003) para os(as) trabalhadores(as) inseridos na economia popular, ambulantes e camelôs constantemente recorrem à expressão "é melhor trabalhar do que roubar" para legitimar suas atividades e destacar a dignidade de seu ofício. E reforçam que uma das principais vantagens de atuar no comércio informal é a sensação de liberdade e autonomia, a possibilidade de não estar subordinado a um patrão.

Contudo, essa autonomia vem acompanhada de desafios intensos como longas jornadas de trabalho, exposição constante a condições climáticas adversas e incertezas quanto aos rendimentos diários. Alguns mantêm o orgulho de no passado terem trabalhado de maneira formal, no entanto reconhecem que a experiência assalariada frequentemente se deu em contextos de exploração, submissão e precarização, configurando-se, na prática, como formas de subemprego (Tiriba, 2003).

Portanto, a precarização do trabalho no contexto das festividades culturais revela dinâmicas específicas de vulnerabilização de segmentos sociais historicamente marginalizados, sobretudo mulheres negras, pobres, periféricas, são os grupos mais expostos no contexto das relações de trabalho (Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 2002). Em síntese, a precarização do trabalho configura-se um desrespeito e violação à dignidade humana, impede a garantia de direitos fundamentais, como remuneração justa, segurança no ambiente de trabalho, acesso à proteção social, ou seja, é uma problemática a ser cumprida até 2030 pela ONU (ONU, 2015).

### **3. Metodologia**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, voltada à compreensão das experiências de mulheres trabalhadoras informais durante o São João na Roça, realizado em comunidades rurais de Caruaru-PE. Considerando a complexidade e os atravessamentos entre gênero, cultura e informalidade que permeiam essa realidade, optou-se por uma aproximação imersiva ao campo, com o objetivo de captar os sentidos atribuídos pelas participantes às suas vivências no contexto das festividades juninas.

O estudo foi realizado entre abril e maio de 2025, inicialmente foi realizada uma entrevista exploratória com o presidente da Fundação de Cultura de Caruaru, via google meet, com o objetivo de entender o contexto do evento, seus objetivos e a visão institucional. Posteriormente, ocorreu a pesquisa em campo nas comunidades rurais: Gonçalves Ferreira, Cachoeira Seca, Xicuru e Terra Vermelha. No primeiro dia foi realizada uma observação participante, e nos demais dias foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as trabalhadoras autônomas no momento da festa. Entre os limites da investigação, destacam-se o recorte geográfico restrito à zona rural de Caruaru e as dificuldades de conduzir entrevistas durante o expediente das participantes, o que comprometeu a profundidade de algumas falas. Ainda assim, a abordagem qualitativa permitiu compreender com riqueza uma realidade específica e pouco explorada.

A seleção dessas mulheres autônomas atuantes nas áreas de alimentação e bebidas foi realizada de forma intencional, com participação recorrente delas nas festas. Na coleta dos dados também foram realizados registros em diário de campo, por meio das observações e análise de imagens fotográficas do ambiente de trabalho, inspirada na abordagem interpretativa de Muzzio (2023). A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo possibilitando a identificação de categorias temáticas e padrões de sentido nas falas das participantes e nos materiais complementares (Bardin, 2011). A pesquisa respeitou os princípios éticos da Resolução nº 510/2016, com participação voluntária autorizada por áudio e garantia de anonimato por meio de pseudônimos.

As entrevistadas que compõem este estudo, foram identificadas com pseudônimos (E1, E2, E3...). No total foram realizadas 15 entrevistas, contudo a primeira entrevista E1 teve caráter exploratório e serviu para ajustar o processo de abordagem durante os festejos. Já a entrevista E4 precisou ser desconsiderada da análise, em virtude de forte interferência externa, especialmente por parte do companheiro da entrevistada, comprometendo a espontaneidade e autenticidade de suas respostas. A E6 também precisou ser desconsiderada da análise, pois era seu primeiro ano trabalhando, então não conseguimos utilizar suas vivências para alcançar os objetivos da pesquisa. Com isso, foram analisadas 12 entrevistas, também é válido ressaltar que as falas das participantes foram transcritas integralmente, respeitando sua forma original de expressão, sem correções gramaticais ou intervenções linguísticas, conforme os princípios éticos da pesquisa qualitativa.

Ao longo do processo de coleta, observou-se que, além de alcançar a saturação teórica, quando as novas entrevistas passaram a reforçar categorias já identificadas sem acrescentar

elementos significativamente novos, também houve uma redução no número de mulheres que atendiam aos critérios estabelecidos para participação na pesquisa. Essa limitação está relacionada ao próprio contexto do evento, que contou com um número restrito de trabalhadoras informais do gênero feminino presentes e disponíveis para entrevistas dentro do recorte temporal da investigação. A seguir, os resultados serão apresentados e discutidos com base nas categorias analíticas construídas a partir das entrevistas, das observações em campo e da análise de registros fotográficos, articulando-se com o referencial teórico.

#### **4. Resultados e discussões**

O São João na Roça foi criado em 2017, durante a gestão de Raquel Lyra e Rodrigo Pinheiro, como estratégia de descentralização das festividades juninas em Caruaru, visando promover inclusão cultural, valorizar identidades locais e gerar empregos, inclusive para moradores das zonas rurais. Realizado em um caminhão adaptado que funciona como palco itinerante, o evento leva atrações locais e nacionais, como Petrúcio Amorim e Santana, a diversas comunidades. A partir de 2017, passou a integrar oficialmente a programação do São João, e em 2022 passou a anteceder o São João urbano. Desde então, a programação foi ampliada, iniciando entre abril e maio e circulando por 13 comunidades, como Gonçalves Ferreira e Cachoeira Seca. Em 2025, incluiu também apresentações aos domingos, culminando no centro da cidade, no Pátio de Eventos Luiz Gonzaga e demais polos urbanos.

Nesse importante evento cultural, vários atores se envolvem, como a Fundação de Cultura, secretária da mulher, Turismo, Saúde, entre outras, e também os órgãos operativos de força: polícia militar, civil e corpo de bombeiros, todos se unem para organização exitosa da festividade. No que se refere às inscrições para trabalhar no São João na Roça, são gratuitas, e no setor de alimentos e bebidas a maioria são mulheres, já os brinquedos, a predominância são de homens. A prefeitura disponibiliza estrutura de 10 barracas de madeira, com dimensões aproximadamente 1,20m x 1,00m e iluminação inclusa. A oportunidade é concebida especialmente aos moradores da zona rural que irá acontecer festa, esses(as) trabalhadores(as) antecipadamente demonstram interesse na comercialização dos seus produtos.

Para selecionar os(as) trabalhadores(as) que recebem essas barracas, a Fundação de Cultura faz escuta de figuras importantes da comunidade, como padres, pastores, vereadores, e professores, o critério principal que é ser morador(a) da zona rural que irá ocorrer a festa, quando não preenchidas as vagas, pode ser morador(a) da comunidade vizinha e em último caso residente da zona urbana. Dentre as barracas concebidas, apenas uma é reservada a uma integrante do programa Mulher Empreendedora, iniciativa da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) que visa fomentar o empreendedorismo feminino e a autonomia econômica.

Além dessas barracas fornecidas pela prefeitura, a maioria dos(as) trabalhadores(as) ambulantes se estabelecem nos espaços do evento por ordem de chegada para comercializarem seus produtos, no entanto, levam por conta própria suas estruturas (barracas), pagam taxa para fornecimento de energia a celpe ou fazem gambiarra de alguma casa, alugam carros quando não possuem próprio para transportar suas mercadorias, tendo o horário máximo para chegada ao local até às 16h para montagem da sua estrutura.

Em relação aos dados sociodemográficos das participantes da pesquisa, todas as 12 entrevistadas são mulheres com idades entre 24 e 58 anos, residentes em Caruaru-PE, que atuam de forma autônoma nas festividades do São João na Roça. A maioria possui escolaridade até o ensino médio completo, apenas uma delas sinalizou que possuía ensino superior. Predominam os estados civis solteira, casada e divorciada, com presença significativa de mães ou responsáveis por filhos/netos. Quanto à renda familiar, a maioria se encontra na faixa de 1 a 2 salários mínimos, revelando condições de vulnerabilidade econômica. Apenas uma das participantes declarou ter CNPJ ativo como MEI próprio. O

trabalho exercido nas festas, embora muitas vezes compartilhado, é central na renda familiar, sendo em alguns casos a única fonte de sustento. A seguir apresentam-se os relatos das entrevistadas organizadas a partir de sete categorias:

**A informalidade como refúgio diante da precariedade formal** - Grande parte das entrevistadas demonstrou resistência em retornar ao mercado formal. A experiência com empregos formais anteriores foi marcada por excesso de cobranças e baixos salários, o que torna o trabalho por conta própria, apesar das incertezas, uma escolha estratégica:

Porque um salário não dá para sustentar uma família não, viu? (...) Não dá para ninguém viver. Uma pessoa que vive de salário, eu acho que passa fome (E3).

Eu já trabalhei, não é muito bom não. É porque eles consomem muito da gente. Eu trabalhei mais de seis anos fichado e eles consomem demais. A pessoa era obrigada a fazer serão. Eu mesmo, quando eu trabalhava numa empresa, grávida de oito meses, eu fui obrigada a fazer serão até dez horas da noite (E5).

Já trabalhei de empregada doméstica. Não foi uma experiência boa. Encontrei patrões muito rigorosos. Foi um pouco pesado, um pouco ofensivo. E humilhante também, por eu ser morena, sou da raça negra. Minha família, meus pais, são descendentes de escravos, descendentes de negros. E desde então, a minha vida é um pouco complicada, porque existe muito preconceito. Por cor, né? Mas por cor. E também, por ser mulher, acontece muito preconceito. É muita, posso dizer assim, muito bullying. Não sei nem como é que eu posso explicar. Palavras ofensivas, que às vezes me deixam envergonhada. Às vezes, nos cantos que a gente chega, o modo de tratar é muito maltratado (E7).

Carteira assinada me deixa presa, né? E eu agora, trabalhando aqui, sou livre (E12).

Esses relatos, materializam o que Hirata (2016) define como a “nova divisão sexual do trabalho” que, ao invés de integrar as mulheres plenamente ao mercado, as empurra para formas instáveis de ocupação. Tiriba (2003) também contribui com essa discussão ao demonstrar que a informalidade é muitas vezes romantizada, quando na realidade ela se apresenta como único caminho viável para conciliar o sustento com as exigências do cuidado.

**Figura 1** – Isopor improvisado utilizado por vendedoras informais no São João na Roça.



Fonte: Observação em campo (2025)

O isopor, captado em uma das imagens da pesquisa, condensa em um único objeto o ethos do trabalho informal: autonomia relativa, improvisado, resistência e invisibilidade. Para além de um recurso funcional, ele representa a lógica da autogestão forçada, quando a ausência de estrutura pública obriga a trabalhadora a “dar um jeito”. A escolha pelo trabalho informal, como revelaram as entrevistadas, é menos uma decisão voluntária e mais uma reação às violências do trabalho formal, como assédio, racismo e exploração. O isopor, nesse contexto, não é símbolo de liberdade, mas de sobrevivência. Como propõe Muzzio (2023), a imagem é um vestígio do social, uma linguagem política que não apenas mostra, mas denuncia. Ela revela o cotidiano de quem sustenta a festa sem acesso a bancadas, refrigeração adequada, equipamentos de proteção ou condições dignas de venda. Esteticamente simples, o isopor se torna, portanto, imagem da precariedade romantizada.

**A rotina invisível da dupla jornada: entre a casa e a barraca** - A conciliação entre trabalho e cuidado é atravessada por uma lógica de sacrifício constante. A maioria das entrevistadas relataram jornadas extensas que se iniciam antes do amanhecer e se estendem madrugada adentro:

...olha a gente sempre deixa um pouco a desejar em casa nesse lado, porque quem trabalha com isso não pode tá 100% em casa, mas quando eu tô em casa tenho que deixar tudo certinho, tudo ok, tenho que conciliar o trabalho de casa com esse trabalho, infelizmente, eu tenho que conciliar porque não tem ninguém que faça nada, sou eu e eu, aí a rotina é triplicada (E2).

De quatro horas da manhã até agora, eu não sei o que é se sentar, e vai até meia-noite. Depois desmontar, carregar o carro e chegar em casa e descarregar de novo... Minha filha, se chegar lá em casa, você corre, porque a bagunça é grande. Eu lavei minha roupa semana passada, não tive tempo de dobrar ainda. Ou você trabalha na rua, ou você é uma dona de casa. É difícil conciliar os dois (E3).

Eu acordo às quatro da manhã, deixo tudo pronto. De sete e meia eu saio de casa, de oito eu tô no trabalho. Quando eu não tô nas barracas, eu trabalho como diarista (E10).

A gente tem que ser pulso firme pra poder lidar com tudo (E13).

Essa temática se alinha à análise de Federici (2019), que denuncia como o trabalho doméstico continua sendo invisibilizado e naturalizado, mesmo sendo a base para a reprodução da força de trabalho. Kergoat (2009) reforça que a divisão sexual do trabalho coloca a mulher nesse lugar de acúmulo de funções, especialmente as mulheres negras e pobres.

**Violências cotidianas: assédios, medos e silenciamentos** - A experiência das trabalhadoras autônomas no contexto do São João na Roça é atravessada por formas diversas de violência de gênero que se manifestam tanto de forma explícita, como assédios e ameaças físicas, quanto por mecanismos mais sutis, porém igualmente opressores, como o silenciamento e a desvalorização de suas capacidades no espaço público. Os relatos evidenciam que a presença masculina funciona, muitas vezes, como uma espécie de escudo simbólico contra abordagens indesejadas, reforçando a ideia de que o respeito à integridade feminina ainda depende de um mediador homem.

Porque tem muitos homens que chegam aqui, né? Principalmente se a pessoa estiver sozinha. Já quer vir dar em cima. E quando é só homem, não. Só homem, eles não estão nem aí. É tipo uma proteção que a gente tem, né? Se sente mais segura (E5).

A festa, embora marcada pelo espírito de celebração, não elimina os riscos cotidianos enfrentados por essas mulheres. O medo é uma constante: do assédio, da violência física, das

abordagens agressivas de homens embriagados ou mesmo da falta de resposta institucional. A presença de seguranças é apontada por algumas como fator que mitiga tais situações, mas não elimina a sensação de exposição e insegurança.

Mais ou menos, você não tá 100% segura em canto nenhum né, principalmente numa festa, que tem todo tipo de gente bebendo e assim tem garrafa entendeu, então você sempre tá exposto, então você num tá 100% segura, nunca você tá (E2).

...chega esses caras que bebem mais um pouquinho a mais né? Eles vem perturbando, mas é como eu falo, a gente tem que ter paciência, saber conversar, que tudo se resolve (E15).

Crenshaw (2002) destaca que os marcadores de gênero, raça e classe se entrelaçam e intensificam a vulnerabilidade dos corpos femininos periféricos, como os das trabalhadoras aqui analisadas. A noção de espaço público como território de risco se evidencia mesmo em ambientes considerados populares e comunitários, como as festas juninas, em que a violência simbólica (Bourdieu, 1999) opera silenciosamente ao naturalizar desigualdades e condicionar a presença feminina à vigilância constante.

Mais do que o medo do assédio, muitas entrevistadas apontam a percepção de que ser mulher é, por si só, um fator de desvantagem nas relações de trabalho, circulação e reconhecimento. A desigualdade de gênero se expressa na expectativa social de que a mulher “saiba se portar”, “tenha pulso firme” ou que permaneça nos espaços tradicionalmente associados ao cuidado e à domesticidade.

...porque pra homem é mais fácil, pra mulher sempre tem uma dificuldade. Pra mulher sempre tem uma parede no meio, pra homem já é mais fácil. O homem tem a capacidade de se desenvolver mais que a mulher, entre aspas, porque se botar em prática, a mulher é mais inteligente que o homem. Porém, a mulher só não tem chance, ela não tem uma oportunidade. A mulher é um pouco esquecida, porque pra muitas pessoas a mulher só serve pra casa, ser dona de casa. Não pra ser uma empreendedora, uma mulher de negócio, uma pessoa que pode, que pode ter um passo à frente. Ela sempre é humilhada, ela é colocada sempre atrás. O homem sempre tem dois, três passos à frente, a mulher três, quatro atrás...por ser mulher, a mulher tem que estar na cozinha, a mulher tem que estar trocando fralda, entendeu? Então, assim, é muito humilhante, e não é coisa de tempos e tempos passados, não, é uma festa ou outra, sempre acontece uma coisa assim (E7).

A fala das entrevistadas também evidencia uma ambivalência: de um lado, a denúncia das dificuldades impostas pelo machismo estrutural (Hirata, 2016), que associa a mulher à fragilidade e invisibiliza sua presença como agente econômica e política; de outro, uma reafirmação de sua força, inteligência e capacidade produtiva. Essas mulheres reivindicam o direito de estar, empreender e resistir nos espaços públicos, ainda que saibam que o fazem sob maior vigilância e com menos garantias.

Eu acho que ainda é aquela história, o machismo, né? Os homens sempre acham que eles podem fazer mais, são capazes. São mais capazes que as mulheres e que não é assim. Que a gente é capaz igual a eles de trabalhar e de crescer. E não é só eles que podem trabalhar, o lugar de mulher é onde ela quiser (E9).

...a mulher, minha filha, a mulher, a mulher, ela é mãe, ela é doméstica, ela trabalha fora, ela é tudo, e a mulher, aí de um homem se não fosse uma mulher, não é assim que se fala, nós somos, nós trabalhamos dez vezes mais que um homem (E15).

Kergoat (2009) argumenta que a divisão sexual do trabalho se manifesta não apenas na distribuição das tarefas, mas também nos modos de ocupação e circulação no espaço social.

No caso das entrevistadas, isso se traduz na percepção de que há uma vigilância constante sobre seus corpos e atitudes, somada à expectativa de que estejam sempre alertas, cuidadosas e “resilientes” diante das adversidades. A estrutura social impõe, assim, uma sobrecarga simbólica que exige dessas mulheres não apenas competência técnica, mas força emocional, autocontrole e resistência cotidiana para garantir sua permanência e reconhecimento no espaço festivo.

**Orgulho, pertencimento e resistência** - Apesar das dificuldades, a maioria das mulheres expressou orgulho pelo que fazem, demonstrando vínculos afetivos com a atividade, em sua maioria trabalham sozinhas, ou com apoio de poucos familiares:

Eu gosto, eu já me acostumei com essa vida. Claro que eu queria uma vida melhor, né? Não precisar trabalhar. Mas eu gosto, a gente trabalha, se diverte. O ruim é quando a gente não vende nada, que fica com a conta para pagar. E fica esperando a próxima festa para tirar o dinheiro para pagar as contas atrasadas, né? (E3).

Porque querendo ou não, a pessoa tem uma autonomia (E5).

Eu me sinto orgulhosa, porque eu sou uma vencedora, uma guerreira. E não tenho vergonha de dizer a ninguém, muitas e muitas e muitas vezes, já cheguei a dormir em calçada (E7).

Olha, eu gosto muito de trabalhar aqui, pra mim é uma fonte de renda (E9).

Esse orgulho pode ser lido tanto como estratégia de resistência quanto como um modo de construção de sentido frente à ausência de alternativas. Saffioti (1987) já alertava para a forma como o capitalismo patriarcal coage as mulheres a aceitarem relações de trabalho precárias sob a falsa ideia de autonomia.

**Figura 2 - Palco e bacamarteiros**



Fonte: Observação em campo (2025)

Essa imagem evidencia a centralidade dos elementos tradicionais e masculinos da festa. Como propõe Muzzio (2023), a imagem revela mais pelo que não mostra: não há trabalhadoras visíveis. O foco na performance cultural oculta os bastidores femininos da festa, onde o trabalho informal das mulheres acontece com intensidade. Assim, a visualidade da festa contribui para invisibilizar quem a sustenta.

**Precariedade estrutural** - A estrutura mínima para o exercício da atividade comercial durante as festas é frágil, os relatos soam como um pedido de apoio. Algumas falas demonstram satisfação quanto a estrutura, no entanto, a precariedade na rede elétrica, a falta de iluminação adequada, rede de internet e a insegurança no espaço físico da festa são apontadas de forma recorrente:

Quem fornece energia é a celpe, a gente tem que ir na celpe pagar uma taxa pra eles fornece energia, a prefeitura não fornece energia pra gente, não fornece internet e nessa zona rural pra gente trabalhar é complicado, porque tem lugar que pega, tem lugar que não pega, a gente deixou de vender por isso (E2).

A gente fica na chuva. A gente se prepara pra não chover. Mas se chover tem a tenda, tudo. Mas às vezes é muita chuva. Já quebrou muita tenda minha por conta de chuva forte, vento forte (E3).

Falta de internet. Hoje em dia, tudo é feito pelo Pix (E5).

A fiscalização é mais ou menos. Segurança, eu não vejo muita diferença, porque muitas e muitas vezes acontece o fato de vir um cliente, ele bebe, aí não tá com dinheiro, aí não quer pagar, se recusa, às vezes até quer bater na pessoa. A pessoa tem que se defender sozinha, porque quando a polícia ou o segurança vem chegar, a bagunça já tá feita. Eu acho a segurança muito pouca (E7).

Eles dão todo o suporte que a gente precisa. A questão é que a demanda é muito alta pra eles organizarem. São muitos barraqueiros. E assim, pra agradar todo mundo, não tem como, né? Aí vai se adaptando no que dá (E8).

Todas as festas que a gente vai tem banheiro, sim. Às vezes, a gente deixa de vender pelo Pix, pela máquina que a gente está nem trazendo, mas por conta da internet. E aí, às vezes, a gente não consegue. O celular não funciona quando a gente sai de casa. Aí fica difícil para a gente trabalhar referente à internet (E11).

Essa falta de suporte estatal remete à análise de Trindade (2021) sobre a precarização impulsionada pelas reformas neoliberais, que aprofundaram a terceirização e a informalidade. No contexto das festas juninas, esse processo é agravado pela natureza sazonal e não regulamentação da atividade. Contudo, essa ambivalência das falas, entre críticas e adaptações, evidencia o que Hirata (2016) conceitua como precariedade institucionalizada, em que a ausência parcial ou desigual do Estado é naturalizada pelas próprias trabalhadoras. A adaptação às falhas sistêmicas, como a taxa paga à Celpe, a falta de internet ou a lentidão da segurança, se torna parte da rotina, reforçando uma lógica em que as mulheres são levadas a “dar conta” mesmo sem apoio efetivo. A percepção de que “não tem como agradar a todos”, como aponta E8, reflete essa internalização da escassez, onde o improviso individual substitui o direito coletivo.

**Figura 3** – Chegada de bombeiros ao local



Fonte: Observação em campo (2025)

A presença dos bombeiros revela a lógica de uma atuação estatal tardia, apenas diante da emergência. Como denunciaram as entrevistadas, a segurança costuma chegar “depois que a bagunça já tá feita” (E7). A imagem, lida sob Muzzio (2023), mostra mais do que um registro: mostra uma ausência. O cuidado não é contínuo, é ocasional. O socorro visualizado aqui evidencia a negligência de base.

**Figura 4** – Barracas padronizadas distribuídas pela prefeitura para comerciantes da comunidade



Fonte: Observação em campo (2025)

A fotografia das barracas remete à ideia de organização institucional. Contudo, como aponta Muzzio (2023), o enquadramento da imagem pode legitimar uma presença simbólica do Estado, enquanto oculta a fragilidade real das condições de trabalho. Apesar da padronização visual, as trabalhadoras denunciam a ausência de infraestrutura básica: energia, internet e segurança. A imagem, portanto, opera como vestígio de um Estado que aparece mais na forma do que na função.

**Racismo e interseccionalidade: camadas de humilhação** - A questão racial aparece constantemente no depoimento de uma das entrevistadas, revelando as camadas adicionais de exclusão e humilhação que atingem mulheres negras em espaços públicos. A violência sofrida não foi apenas verbal, mas simbólica e institucional, diante do silêncio coletivo:

Aí, em meio a discussões, porque eles acabam discutindo, não, vou arrumar o canto e tal, não, eu quero botar minhas coisas agora, porque se você não sair, eu vou quebrar suas coisas, eu vou jogar fora. Porque você, a raça de vocês são safados, que gostam de entrar, tomar canto dos outros, é o tal do negro, é cheio de frescura, sempre vem essas conversas. Então, foi humilhante, para mim, foi muito humilhante, porque, em si, tinham várias pessoas, ninguém chegou a dizer assim, não, poxa, tenta amenizar aí, ela é mulher, dá uma chance aí, aperta um cantinho, deixa ela trabalhar. Não, ficaram todos calados, outras ainda chegaram a rir da minha cara, e, para mim, foi humilhante, mas porque, ali eu me senti discriminada por ser negra, porque eu sou descendente negro, mas eu tenho muito orgulho, sou descendente de negra, sou descendente de escravo, minha tataravó era escrava fugitiva... (E7).

Essa fala não pode ser interpretada isoladamente. Ela expressa a vivência de uma estrutura racista que persiste e que ainda considera o corpo negro como invasor, como deslocado do lugar que ocupa. Crenshaw (2002) defende que é a interseccionalidade entre raça, classe e gênero que torna essas mulheres especialmente vulneráveis à violência e à invisibilidade. Collins & Bilge (2021), por sua vez, lembra que o racismo não precisa ser explícito para operar: ele se inscreve nas práticas cotidianas, nos silêncios, nas ausências de resposta, e sobretudo, na legitimação de quem pode estar em determinados lugares.

**Rede de apoio e sororidade** - Apesar do isolamento em algumas tarefas, muitas mulheres compartilham entre si estratégias de apoio e cuidado. Seja por meio de familiares que ajudam com as crianças ou no trabalho, ou pela solidariedade entre barraqueiras, há uma rede informal que se constitui como base de sustentação do trabalho:

A gente é unida de modo geral, um ajuda o outro no que pode entendeu (E2).

Eu mesmo esqueci do pano de prato hoje, aí a menina arrumou. A outra também arrumou, fiquei com três (E3).

As mulheres aqui, todas, umas ajudam a outra, em termos de assédio, em termos de um cliente que vem perturbar, as mulheres em si, elas tomam a dor da outra e vem acolher a outra. A gente nunca deixa, porque a gente se sente segura uma à outra do que em termos de polícia, em termos de uma autoridade maior (E7).

É, aqui a gente tá sempre uma cuidando da outra. Pode ver que aqui é só mulher trabalhando, aí aqui uma cuida da outra. Então é por isso que dá tão certo (E10).

Essas experiências de ajuda mútua refletem o que Gonzalez (2020) reconhece como prática política cotidiana das mulheres negras e populares: um fazer coletivo que sustenta a vida, mesmo diante da ausência do Estado. A sororidade aqui não é teorizada, mas vivida como necessidade. As relações de apoio entre mulheres, mesmo que precárias, são formas de resistência em meio à solidão das jornadas e à ausência de políticas públicas.

**Figura 5** – Mulher e esposo trabalhando juntos



Fonte: Observação em campo (2025)

A cena pode sugerir apoio e parceria conjugal, mas também exige uma leitura atenta, como sugere Muzzio (2023): quem organiza o espaço? Quem cuida da criança que não está no quadro? O trabalho feminino muitas vezes continua sendo invisível mesmo quando compartilhado. Essa imagem revela tensões entre cuidado, divisão de tarefas e presença masculina, e pode ser interpretada como expressão ambígua da desigualdade persistente.

As entrevistas e as imagens analisadas revelam uma realidade social profundamente marcada pela exclusão, mas também pela criatividade e persistência das mulheres que trabalham no São João na Roça. O trabalho informal, muitas vezes tomado como sinônimo de liberdade, emerge das falas como refúgio forçado diante da precarização anterior e da rigidez das estruturas formais de trabalho. A jornada exaustiva entre casa e rua, a sobreposição das funções produtivas e reprodutivas, a ausência de estrutura mínima e o constante enfrentamento de violências de gênero e raça, não anulam, porém, o sentimento de pertencimento e a potência coletiva que se faz presente nas práticas dessas mulheres. Ainda que operem em um sistema que as invisibiliza, elas constroem redes, resistem e produzem valor. A festa só acontece porque elas trabalham. E esse trabalho, apesar de informal, precisa ser reconhecido como central para a economia, para a cultura e para a vida que se sustenta no espaço público popular.

## 5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo compreender as experiências de mulheres trabalhadoras informais durante o São João na Roça, em Caruaru, revelando os múltiplos atravessamentos que moldam suas trajetórias laborais. A partir das narrativas levantadas, tornou-se evidente que a inserção dessas mulheres no mercado informal não decorre de uma escolha individualizada, mas de um contexto de exclusão histórica, agravado pela ausência de políticas públicas efetivas e pelo desmonte progressivo de direitos sociais. O trabalho informal feminino, nesse sentido, se impõe como uma saída forçada diante de um cenário de precarização estrutural, no qual as desigualdades de gênero, raça e classe se entrelaçam e produzem barreiras materiais e simbólicas à autonomia econômica dessas trabalhadoras.

Apesar desse contexto adverso, as falas também evidenciam um protagonismo que resiste à invisibilidade. Estratégias cotidianas de solidariedade, reinvenção e coragem demonstram que essas mulheres não apenas sustentam parte fundamental da economia

popular local, como também atuam ativamente na manutenção da cultura e da vida comunitária durante o ciclo junino. O orgulho com que relatam suas conquistas, a consciência sobre os limites impostos pelo machismo e a constante vigilância sobre seus corpos no espaço público revelam uma agência que tensiona a narrativa oficial da festa, geralmente centrada no espetáculo e nos dados de arrecadação.

Os resultados da pesquisa, portanto, escancaram a necessidade de políticas públicas comprometidas com a justiça social. É urgente o reconhecimento institucional do trabalho informal feminino como legítimo e essencial, não apenas por meio de discursos celebratórios, mas de ações concretas: acesso à infraestrutura básica nas barracas, inclusão digital, creches móveis, canais seguros para denúncias de violência, crédito facilitado e participação ativa das trabalhadoras nas decisões que envolvem a organização das festas.

Futuras investigações podem aprofundar o impacto das condições de trabalho sobre a saúde física e emocional dessas mulheres, bem como explorar a relação entre maternidade, cuidado e permanência no trabalho autônomo. Também é necessário investigar como as redes de apoio comunitárias contribuem para mitigar os efeitos da informalidade e da sobrecarga de trabalho. Valorizar o protagonismo feminino na economia popular não é apenas um imperativo ético, mas um passo fundamental para transformar as festividades em espaços verdadeiramente inclusivos, capazes de reconhecer e dignificar o trabalho de quem mantém a festa viva.

## REFERÊNCIAS

- Anjos, M. A. D. (2011). Trabalho informal e sazonalidade: uma análise na festa de Nossa Senhora da Abadia em Romaria-MG. *Cadernos da FUCAMP*, 10(13).
- Antunes, A. (2024). São João de Caruaru: tudo sobre a maior festa junina do Brasil. *Prefiro Viajar*. <https://prefiroviajar.com.br/brasil/sao-joao-de-caruaru-festa-junina-guia-dicas>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (Edições 70, ed.). Lisboa: LDA.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de pesquisa*, 37, 537-572.
- Chant, S. (2006). Re-thinking the “feminization of poverty” in relation to aggregate gender indices. *Journal of human development*, 7(2), 201-220.
- Costa, M. D. S. (2010). Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno Crh*, 23, 171-190.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 2020) Disponível em [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843831/mod\\_resource/content/3/Patricia%20Hill%20Collins%20-%20Interseccionalidade%20\(oficial\).pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843831/mod_resource/content/3/Patricia%20Hill%20Collins%20-%20Interseccionalidade%20(oficial).pdf)
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Diário de Pernambuco. (2024, 2 de julho). São João de Caruaru bate todos os recordes e tem aprovação do público nos 72 dias de festa. *Diário de Pernambuco*. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/07/sao-joao-de-caruaru-bate-todos-os-recordes-nos-72-dias-de-festa.html>
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante.

- Gonzalez, L. (2020). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista do Fórum LASA*, 50(3), 46-52.
- G1. Caruaru e Região. (2025). Confira a programação completa do São João de Caruaru 2025. *G1*.  
<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/sao-joao/2025/noticia/2025/03/19/confira-a-programacao-completa-do-sao-joao-de-caruaru-2025.ghtml>
- Hirata, H. (2016). Gênero, trabalho e precarização: uma nova divisão sexual do trabalho? *Cadernos de Pesquisa*, 46(161), 637-651.
- Hirata, H. (2001). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pagu*, (17), 139-156.
- IBGE. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua).  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pnad-continua.html>
- IPEA. (2020). Trabalho precário e informalidade. *Texto para Discussão* nº 2707.  
[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36413](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36413)
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata (Org.), *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas* (pp. 55-63). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.
- Muzzio, H. (2023). Uso da fotografia na pesquisa organizacional: legitimidade e potencialidades. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(1), e220012.
- Nóbrega, Z. (2010). *A festa do maior São João do mundo: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável – Agenda 2030*. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Abramo.
- Querino, L. C. S., Domingues, M. D. dos S., & Luz, R. C. da. (2013). A evolução da mulher no mercado de trabalho. *Revista Eletrônica dos Discentes da Faculdade Eça de Queiroz*, 2(2), 1–32.
- Redação Portal. (2024). São João de Caruaru 2024 bate inúmeros recordes, é aprovado por 98% do público e movimenta R\$ 688 milhões na economia em 72 dias. *CBN Recife*.  
<https://www.cbnrecife.com/aldovilela/artigo/sao-joao-de-caruaru-2024-bate-inumeros-recordes-e-aprovado-por-98-do-publico-e-movimenta-r-688-milhoes-na-economia-em-72-dias>
- Saffioti, H. I. B. (1987). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (2. ed.). *Expressão Popular*.
- SEBRAE. (2010). Segmento já investe em terceirização. *Agência Sebrae de Notícias*.  
<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia>
- Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 16(2), 5-22.
- Sorj, B. (2010). *Trabalho e família: Entre a sobrevivência e a realização*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Souza, D. M. et al. (2020). Informalidade no mercado de trabalho: abordagens conceituais e evolução histórica. *Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 32(1), 57.
- Tiriba, L. (2003). O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Proposta*, (97), 38-49.
- Trindade, H. (2021). A contrarreforma trabalhista e as tendências da precarização do trabalho no Brasil. *Emancipação*, (21), 1–18.  
<https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2015178.008>